

24. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ADOÇÃO DE ANIMAIS SEM LAR – ABRIGO DA LUNA:

Do **Vereador Altino Bessa**, submete-se ao Executivo Municipal protocolo de colaboração entre o Município de Braga e a Associação de Proteção e Adoção de Animais sem Lar – Abrigo da Luna, para a implementação do programa captura, esterilização e devolução (CED), nos termos das alíneas ii), jj) e u) do nº 1 do art.º 33º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Da celebração do protocolo decorre um apoio financeiro do Município de Braga, para aquisição de material necessário à recolha e captura dos animais, no valor de **1.000.00€** e a disponibilização de cheques veterinários, **até ao limite de 5.000.00€** à Associação de Proteção e Adoção de Animais sem Lar – Abrigo da Luna. Protocolo esse que se anexa.

Assunto: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CAPTURA, ESTERILIZAÇÃO E DEVOLUÇÃO (CED)

Exposição:

1. Nos termos do disposto nas alíneas ii), jj) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, constitui competência da câmara municipal proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, bem como deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, podendo apoiar atividades de interesse para o município, incluindo aqueles que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças.
2. Na sequência das políticas de proteção e preservação animal o Município de Braga celebrou já com várias associações a implementação do Programa CED (Captura, Esterilização e Devolução). Os programas CED permitem o controlo das populações de felinos no concelho, sendo que esta parceria com as associações permite acompanhar e monitorizar as colónias de animais errantes.
3. Da celebração do protocolo decorre a atribuição de um apoio financeiro para aquisição de material necessário à recolha e captura dos animais, no valor de **1.000€** (mil euros) e a disponibilização de cheques-veterinários (conforme Protocolo celebrado com a OMV), até ao limite de **5.000€** (cinco mil euros) à **Associação de Proteção e Adoção de Animais sem Lar – Abrigo da Luna**.

Fundamentação:

Considerando que:

1. As associações de defesa animal desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses dos animais e da população;
2. O artigo 33º, nº 1, alínea u) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;
3. O interesse público de que esta iniciativa se reveste é uma mais valia para as populações do município.

Proposta:

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de autorizar a celebração do protocolo que se anexa.

Braga, 18 de julho de 2022

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
PARA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CED

Nos termos do disposto nas alíneas ii), jj) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, constitui competência da câmara municipal proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, bem como deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, podendo apoiar atividades de interesse para o município, incluindo aqueles que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Com a publicação da Lei nº 27/2016, de 23 de agosto, passou a ser proibido o abate ou occisão de animais, tendo-se determinado que o Estado, por razões de saúde pública, deveria assegurar, por intermédio dos centros de recolha oficial de animais, a captura, vacinação e esterilização dos animais errantes sempre que necessário, assim como a concretização de programas **captura, esterilização, devolução (CED) para gatos**.

A Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que veio regulamentar a referida Lei nº 27/2016, estabelece como princípio geral, que a existência de animais errantes deve ser evitada mediante a promoção da sua captura, esterilização e adoção e pela implementação de programas de captura, esterilização e devolução, no caso das colónias de gatos, eliminando-se, progressivamente, o recurso ao seu abate como forma de controlo da população de animais errantes, no prazo de dois anos a contar da data de entrada em vigor da Lei nº 27/2016, de 23 de agosto (ou seja, até 23 de setembro de 2018).

Quanto aos **Programas CED**, no artigo 9º na Portaria referida, define-se que os mesmos podem realizar-se por iniciativa das câmaras municipais ou mediante proposta de organização de proteção animal a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED.

Ora,

considerando que:

12 06/10/2017

1. São animais silvestres as crias de gatos domésticos que foram abandonados, ou se perderam e, se reproduziram no domínio público;
2. São gatos assilvestrados os gatos que já foram domésticos mas que, por terem sido abandonados ou por se terem perdido, já vivem nas ruas há tanto tempo que acabaram por adquirir o comportamento esquivo dos gatos silvestres;
3. Capturar-Esterilizar-Devolver (CED) é um método ético e legal de controlo de colónias de gatos e, de redução da população de felina silvestre ao abrigo do número 1, artigo 3.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril;
4. Uma colónia esterilizada e controlada pode reduzir os incómodos causados por gritos de acasalamento, lutas e cheiros resultantes da marcação de território, ao mesmo tempo que desempenha um importante papel de controlo da população de roedores;
5. A existência de uma população de gatos silvestres numa dada área geralmente aponta para um nicho ecológico capaz de suportar aproximadamente esse volume de gatos e que a remoção permanente dos gatos desse nicho cria um vazio ecológico que será preenchido pelos gatos migrantes das áreas envolventes (efeito de vácuo), que irão reproduzir até atingir a capacidade máxima do nicho;
6. Os gatos migrantes não estão esterilizados e causam, por isso, problemas associados à reprodução excessiva, aos ruídos e aos maus cheiros;
7. A implementação de programas CED mediante proposta de organização de proteção animal a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED e, de acordo com o artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, acarreta vantagens, nomeadamente a redução do número de gatos silvestres, assilvestrados e vadios, menos eutanásias, menos queixas aos serviços camarários, mobilização de ações de voluntariado e redução de custos;
8. São atribuições do Município a promoção de medidas adequadas à salvaguarda do bem-estar animal;
9. O Município celebrou no passado dia 20 de abril, um Protocolo de Cooperação com a Ordem dos Médicos Veterinários, no âmbito do **PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À SAÚDE VETERINÁRIA PARA ANIMAIS DE COMPANHIA EM RISCO (PNASVACR) – CHEQUE VETERINÁRIO**, programa este que se destina à coordenação da atribuição de cheques veterinários emitidos pelos Municípios que irão atribuir aos responsáveis pelos animais em risco, por eles identificados, para utilização nos CAMV participantes na rede Cheque Veterinário.

dando execução à deliberação da Câmara de Braga, é livremente e de boa fé celebrado o presente Protocolo, que se enquadra pelos considerandos supra enunciados, entre:

O **MUNICIPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, Dr. RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, com poderes para o ato, doravante designado simplesmente por **Município**,

E a

Associação ABRIGO DA LUNA – Associação de proteção e adoção de animais sem lar, doravante designada por **Associação**, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

(Objeto)

O presente protocolo estabelece os termos genéricos da colaboração entre as partes com vista ao controlo populacional dos animais felídeos errantes e silvestres, nomeadamente através de:

- a) Desenvolvimento de um programa de gestão CED, por iniciativa de associação de proteção animal, em colónias de gatos silvestres e assilvestrados;
- b) Identificação, sinalização, recolha e esterilização de felídeos potencialmente adotáveis, integrados em colónias, com vista ao seu acolhimento e adoção.

SEGUNDA

(Compromissos da ASSOCIAÇÃO)

1. A associação compromete-se a implementar o CED, nas colónias identificadas em documento anexo.

2. No âmbito do presente Protocolo, a segunda compromete-se a:
 - a) Assegurar a existência de um plano de gestão da(s) colónia(s), do qual conste a identificação do médico veterinário assistente e das pessoas que na Associação são responsáveis pela execução do programa, nomeadamente pela monitorização diária, alimentação, abeberamento e limpeza;
 - b) Garantir que os animais que compõem a(s) Colónia(s) são avaliados periodicamente do ponto de vista clínico, de forma a despistar doenças transmissíveis que, casuisticamente, sejam consideradas importantes;
 - c) Assegurar que a colónia intervencionada será supervisionada controlando as saídas ou entradas de novos animais, ou quaisquer outros fatores que perturbem a estabilidade da colónia, a segurança e a tranquilidade pública e da vizinhança, de tudo mantendo registo.
 - d) Que os animais portadores de doenças transmissíveis a outros animais ou a seres humanos são retirados da(s) colónia(s);
 - e) Proceder à captura de gatos assilvestrados;
 - f) Transportar os gatos assilvestrados para as clínicas protocoladas para que possam ser avaliados, esterilizados e marcados com um pequeno corte na orelha esquerda, registados e identificados eletronicamente em nome da associação promotora do CED, e desparasitados e vacinados contra a raiva ou outras medidas profiláticas obrigatórias ou consideradas no plano de gestão da colónia;
 - g) Transportar os gatos de volta à colónia e devolução, com a libertação dos animais no mesmo local onde foram capturados;
 - h) Assegurar que a dimensão da colónia de gatos não põe em causa a salubridade, a saúde pública e a segurança de pessoas, animais e bens. Assim como, os alojamentos e espaços utilizados pela colónia são mantidos livres de resíduos ou restos de comida, de forma a evitar a proliferação de pragas.

3. A Associação deverá ainda, assegurar, trimestralmente (até ao 15º dia do mês seguinte ao fim do trimestre – isto é, até 15 de abril, 15 de julho, 15 de outubro e 15 de janeiro do ano seguinte, no caso do último trimestre) o envio de relatório detalhado com os movimentos dos animais, bem como, com o movimento dos cheques veterinários, e resultados alcançados, comprometendo-se a disponibilizar toda e qualquer informação solicitada pelo Médico Veterinário Municipal.

TERCEIRA

(Compromissos do MUNICÍPIO)

1. Incumbe ao Município:
 - a. Atribuir uma verba única de 1000€ (mil euros) à associação, para aquisição do material necessário à recolha e captura dos gatos (nomeadamente, armadilhas, transportadoras e jaulas);
 - b. Disponibilizar à segunda os cheques-veterinários (de acordo com o Protocolo celebrado com a OMV para o efeito, que aqui se anexa e deste fica a fazer parte integrante) necessários para o cumprimento do disposto na Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, até ao limite de 5 000 €, designadamente:
 - Cheque Implementação CVA1: Testes FIV, Felv, PIF;
 - Cheque Implementação CVC, CVT e CVCED: Desparasitação, vacina da raiva, identificação eletrónica, cirurgia de esterilização e outros tratamentos necessários.
2. Quanto à verba referida na alínea a) do número anterior, a associação deverá apresentar contas sobre o material comprado.
3. Se as verbas atribuídas pelo presente Protocolo forem utilizadas para outros fins, o Protocolo será automaticamente rescindido pelo Município, devendo a Associação proceder à devolução imediata da(s) verba(s).

QUARTA

(Normas para Utilização do Cheque Veterinário)

- 1- Após a emissão e atribuição do cheque veterinário pelo Município, os animais são encaminhados para um dos CAMV aderentes e preferencialmente pertencentes ao respetivo Município [estando a listagem com os CAMV aderentes disponibilizada na área pública do website da OMV (www.omv.pt)].
- 2- Os cheques veterinários, médicos e cirúrgicos, só serão concedidos aos animais com identificação eletrónica.
- 3- A escolha do CAMV para utilização do cheque veterinário, pela Associação, deve seguir os seguintes critérios:
 - a) proximidade geográfica;
 - b) nos casos de urgência, e sempre que aplicável, deve ser atribuído ao CAMV que se encontra em serviço de urgência, segundo um esquema de rotatividade;
 - c) por escolha da associação.
4. O médico veterinário deve validar o cheque veterinário na base de dados – OMV Cheque Veterinário criada para o efeito e no final do ato clínico proceder ao seu registo.
5. O cheque veterinário quando atribuído terá uma validade de 30 dias, a contar da data de sua emissão.

QUINTA

(Exclusão de responsabilidade)

Os atos praticados ao abrigo do presente protocolo serão da exclusiva responsabilidade dos médicos veterinários pertencentes aos CAMV aderentes ao Programa – Cheque Veterinário, não podendo ser imputado ao Município qualquer dano, por dolo ou negligência, em virtude de ato médico-veterinário praticado.

SEXTA

(Base de Dados)

Os dois outorgantes alimentarão uma base de dados comum, de onde constarão as informações relevantes sobre todos os animais intervencionados no concelho de Braga, ao abrigo do presente Protocolo, incluindo a localização exata e o número de efetivos de cada colónia.

SÉTIMA

(Outras atividades)

No âmbito do presente Protocolo, os dois outorgantes realizarão, de forma conjunta, ações de formação de voluntários, campanhas de adoção, ações de educação nas escolas e de sensibilização da população, para as várias temáticas relativas aos animais, como a importância da esterilização dos animais de companhia, de prevenção do abandono, da obrigatoriedade de remoção dos dejetos da via pública, e outros temas ligados à defesa animal e à segurança e salubridade públicas.

OITAVA

(Divulgação)

As partes, de forma articulada, procederão à divulgação das iniciativas levadas a cabo no âmbito do presente protocolo, utilizando os canais disponíveis para o efeito.

NONA

(Prazo e Renovação)

- 1- O presente protocolo vigora pelo prazo de um ano, com início na data da sua celebração, renovando-se por períodos iguais, se dos relatórios apresentados pela Associação, nos termos do nº 2 da Cláusula Segunda, se verificar que os resultados foram alcançados e o objetivo de controlo das colónias está a ser devidamente conseguido.

- 2- As renovações não implicarão automaticamente a atribuição das verbas referidas na Cláusula Terceira.
- 3- A verba constante da alínea a) do nº 1 da referida cláusula, em princípio, só será atribuída uma vez, a não ser em casos devidamente justificados, avaliados e apreciados pelo Município.
- 4- A verba constante da alínea b), poderá sofrer as alterações necessárias à adequação do nº de animais a intervir no ano da renovação. Será determinada consoante o plano de intervenção apresentado pela Associação, de acordo com a disponibilidade financeira do Município e ainda, de acordo com o número de Protocolos assinados ou a assinar pelo Município com outras entidades.
- 5- Qualquer uma das partes pode denunciar a qualquer tempo o presente acordo, mediante carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de sessenta dias relativamente à data em que se pretende que a denúncia se torne eficaz.

DÉCIMA

(Incumprimento, Rescisão e Sanções)

1. O incumprimento do projeto e atividades ou das condições estabelecidas no presente protocolo, constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Município.
2. Sempre que o **MUNICÍPIO** verifique que não está cumprido qualquer dos requisitos referidos no n.º 4, da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, pode determinar medidas corretivas ou a suspensão do programa CED em curso e proceder à recolha dos animais para o CRO.
3. Independentemente do disposto no número anterior, as partes podem, em qualquer momento, cessar todos os efeitos do presente protocolo mediante denúncia.
4. Para efeitos dos números anteriores, a rescisão por incumprimento ou denúncia processa-se através de comunicação escrita, com aviso de receção, dirigida à contraparte com a antecedência mínima de trinta dias.
5. Havendo incumprimento, a Associação fica impedida de recorrer a novos auxílios/apoios, durante dois anos.

DÉCIMA-PRIMEIRA

(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração, adaptação ou aditamento ao presente Protocolo carece de prévio acordo entre as partes, dependendo de expressa concordância de ambas, devendo ser reduzidas a escrito, mediante adenda, a qual fará parte integrante do mesmo.
2. O protocolo pode ainda ser objeto de revisão, unilateralmente pelo Município, em resultado de imposição legal superveniente ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia aprovação da Câmara Municipal.

DÉCIMA-SEGUNDA

(Omissões)

Tudo quanto é omissa no presente protocolo será dirimido por acordo entre as partes contratantes.

DÉCIMA-TERCEIRA

(Produção de efeitos)

O presente Protocolo produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura.

Paços do Município de Braga, ... de ... de 2022

Pela Associação,

Pelo Município de Braga,

(O Presidente da Direção)

(O Presidente)

(O Tesoureiro)

Documentos anexos:

1. Fotocópia da escritura pública de constituição e Estatutos da associação
2. Fotocópia da Ata de eleição dos corpos sociais em exercício
3. Identificação fiscal
4. Certidões comprovativas da situação regularizada perante o Município, a SS e a AT
5. Colónias identificadas